

Ata da 9ª Sessão Ordinária, 1º Período da Primeira Sessão Legislativa da 20ª Legislatura da Câmara Municipal de Ourém

Presidente: Mauro do Socorro Alencar Cruz

Vice-Presidente: Eduardo Gomes Vechsler

1º Secretário: José Gleybrón Alves Neto

2º Secretário: Walber Queniton de Nequinhos

Após nove dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco às 10 horas e 12 minutos reuniu-se em Sessão Ordinária a Câmara Municipal de Ourém. Sob a presidência do Vereador Mauro Alencar que saudou os presentes, e prontamente justificou o motivo do atraso para o início da sessão, em razão de uma reunião entre os parlamentares, a fim de tratar sobre uma matéria legislativa que iniciará sua tramitação ainda no presente dia. Em seguida solicitou ao Primeiro Secretário, Ver. José Gleybrón Neto, que procedesse a verificação da presença dos Nobres Edis, o qual indicou por seus nomes nomes políticos a presença do: Ver. Duh do Rekinha, Ver. Professora Vera, Ver. Geraldo da Seixeira, Ver. Junior Cearense, Ver. Rogerinho do Araújo, Ver. Naldão, Ver. Eduardo do Posto, Ver. Walber Nequinhos, Ver. Gleybrón Neto e o Ver. Presidente Mauro Alencar. Dando prosseguimento, o Presidente destacou que o Ver. José Maria Farias se encontra nas dependências da Câmara e logo mais adentrará o plenário. Em continuidade, solicitou ao Segundo Secretário, Walber Nequinhos, a leitura da ata da Sessão anterior. Após a leitura, o Presidente colocou em discussão e não havendo manifestação, em votação, sendo aprovada em unanimidade. Passou-se para

02
a leitura dos informes da Casa: Convite para participar do Evento de Elaboração do Plano Municipal de Turismo que ocorrerá no dia 12 e 16 de maio no Auditório da Secretaria Municipal de Educação às 18h. Ato contínuo, concedeu a palavra aos parlamentares para as suas manifestações. Em posse da palavra, a Ver. Roseleia Lima parabenizou pelo dia das mães antecipadamente, e enfatizou sobre o mês de maio amarelo, que busca promover a segurança no trânsito, e maio laranja que visa o combate ao abuso e exploração, e finalizou suscitando votos de paz. O Ver. Geraldo Decécadio salientou que hoje durante a Sessão será apreciada a prestação das Contas do Poder Executivo e fez saber que durante a reunião das Comissões, votou contra a aprovação. Argumentou que o Executivo tem quatro anos para mostrar suas prestações de contas, contrapondo com o tempo de mandato de alguns dos atuais Vereadores, que são pouco mais de quatro meses. Indagou aos Vereadores da legislatura passada se tiveram acesso às citações do Tribunal de Contas dos Municípios - TCM/PA, que originou as ressalvas no Parecer prévio sobre as Contas no ano de 2023. E finalizou, destacando que o papel do Vereador é ver com cuidado e responsabilidade a destinação do dinheiro público, sendo assim acreditava ser imoral aceitar que a contabilidade da Câmara Municipal seja a mesma da Prefeitura, ainda que não seja ilegal. O Ver. Eduardo Uechler, na oportunidade parabenizou a equipe União pela sua atuação na Copa

dos Campeões e os participantes da Cavalgada de Ouro. Deu conhecimento sobre as visitas que realizou, aconselhando para que não seja esquecido o motivo que os fizeram querer estar como Vereadores. Parabenizou a gestão Municipal em razão da operação Tapa Buraco, e os aniversariantes do mês. Pediu a participação da população no planejamento do PPA - Plano Plurianual. Aproveitando o ensejo, posicionou-se sobre a fala do Ver. Geraldo Decádio, argumentou que as citações do TCM/PA são dadas publicidades, e que basta os Vereadores lembrarem, além de destacar que durante a reunião da Comissão, foi favorável a aprovação, fundamentado no Parecer técnico do TCM/PA, que ainda que seja prévio aprova as Contas do Prefeito de 2023, arguiu em conclusão, ressaltando que caso queiram reprovar, é necessário também um parecer técnico de suas autorias para que não seja visto como briga política. Em seguida a Vera. Ruth do Rekinha fez uso da tribuna, pedindo as bênçãos de Deus e sabedoria para os trabalhos legislativos do dia, e comunicou que neste sábado haverá a festa do dia das mães e agradeceu os patrocinadores pela iniciativa. O Ver. José Maria Farias saudou todas as mães do Município e do Brasil. E, frisou que a tribuna e a Casa Legislativa é a voz do povo, destacando suas cobranças por melhorias na região do Montevideo e Mocambo no qual tem sido atendidas pelo Secretário Municipal de Transportes, embora não em sua totalidade, e questionou sobre a ausência do Secretário de Obras no Município. Deu ao conhecimento

as questões sobre o cheque Sua Casa, em razão da ausência do pagamento da segunda etapa, visto que outros municípios já receberam e colocou-se à disposição quanto ao apoio na tramitação da prestação de contas da primeira parcela aos contemplados. Concluiu parabenizando o Deputado Federal Antonio Pedro, por mais um evento em parceria, com intuito de promover uma ação neste sábado às mães de Urum. O Ver. Gleyson Neto, iniciou parabenizando a Deputada Dilvanda Fares pela passagem de seu aniversário. Na ocasião convidou as mães para na presente data, às 20h, participarem de um evento em comemoração ao dia das mães, de sua iniciativa na Vila Agrícola do Cati, o qual está em sua 5ª edição. O evento teve início em 2020, durante o período da pandemia e vem se desenvolvendo gradualmente com o apoio de diversas pessoas, construindo um legado familiar e local. Trouxe a lembrança de seu pai, ex-vereador Albano Neto, que, já adiantado na penúltima edição do evento, ao expressar elogios à sua realização confirmou a decisão acertada, devido ao seu comprometimento com o social. Manifestou-se também, o Ver. Walber Nequinhos, desejando um feliz dia das mães e logo após fez um resumo da semana, elencou as ações da Prefeitura por meio da Secretaria de Transportes da área da localidade Montevideo até o Mocambo e demais Região do Rio Grande, Caixa d'água e Rio Bandinho que em mesmo período de chuva estão em pleno andamento. Ao

fazer uso da tribuna, o Ver. Rogerinho do Arraial, discorreu que encontra-se no quinto mês do ano, com os trabalhos legislativos no que se refere a requerimentos e projetos elaborados desde fevereiro do ano corrente, inclusive aprovados em sua maioria por unanimidade, em virtude disto expressou-se com o objetivo de buscar respostas do Executivo Municipal acerca dessas matérias encaminhadas, destacando o prazo legal imposto, que são de 15 (quinze) dias, visto que algumas das matérias já alcançaram 120 (cento e vinte) dias sem resposta, cuja proposituras expressam o apelo da população, sendo este o papel do Vereador, em respeito a confiança depositada pelos eleitores. Agradeceu pela execução dos trabalhos da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, pois quando acionados estão em pronto atendimento. E completou sua argumentação felicitando as Mães curumenses, parabenizando ao Ver. Gleybson pela iniciativa que assim como a sua, no sentido de celebração, antecedem seus mandatos de Vereadores. Em continuação a fala do Ver. Rogério Araújo, o Presidente determinou que a Secretaria Legislativa da Casa, reitere todos os ofícios de encaminhamento de proposições independente da natureza que não foram respondidos até o momento. Em continuidade fez o uso da tribuna e iniciou se reportando as indagações do Ver. Geraldo Debedio, respondendo enquanto Vereador reeleito, que no ano de 2024 esteve presente no TCM/PA e Ministério Público para obter informações sobre as contas do Prefeito Roberto referente ao exercício de 2023, visto que havia feito denúncias com apresentação de

notícias de fato de supostos indícios de irregularidades em processos licitatórios abertos, destaca que nenhum momento afirmou prática ilícita de qualquer natureza, uma vez que seu conhecimento técnico não amparava de maneira profunda, tal afirmação. Salientou que todo procedimento licitatório aberto, ainda que adjudicado é uma previsão, podendo dizer quanto a quantidade efetivamente adquirida e paga, desta maneira as denúncias ora feitas, possibilitavam as correções ainda na vigência do contrato. Durante a reunião, soube que até aquele momento, sob análise da Procuradoria do Ministério Público de Contas não se encontrava nenhuma ação efetiva de prática delitosa ou imprópria do Prefeito Roberto em 2023, e que quando o TCM/PA encominhasse as contas do Prefeito e seu respectivo Parecer, seria então apreciado pela Câmara. Após esclareceu que não há em curso alguma tramitação de Projetos de regularização fundiária urbana, titulação de terra, no âmbito do Poder Legislativo, posicionando-se contra afirmações inequívocas quanto a isso, e assegurou que os processos que chegaram nesta Casa Legislativa, uma vez verificado a ausência de vício quanto admissibilidade e legalidade serão imediatamente tramitados. Em seguida, deu conhecimento acerca do protocolo da Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 04/2025. Fez saber que a Ordem do dia será composta somente por uma matéria, que é o Projeto de Decreto Legislativo que trata da Prestação de Contas do

então Prefeito Francisco Roberto Uchoa Cruz, relativas ao Exercício Financeiro de 2023, e informou que a Prestação de Contas cumpriu toda a tramitação Regimental prevista no artigo 115 ao 119. Após, solicitou ao Primeiro Secretário, a leitura da Pauta do dia, que assim o fez: Projeto de Decreto Legislativo N° 15/2025 que aprova as contas do Chefe do Poder Executivo Municipal de Auruém/PA. Sr. Francisco Roberto Uchoa Cruz, relativas ao Exercício Financeiro de 2023 de autoria da Comissão de Finanças e Orçamento. O Presidente solicitou a leitura da matéria, e por entender que o Parecer da Comissão de Finanças e Orçamento - CFO, parecer jurídico e contábil se encontram de maneira física fundados a PDL, dispensou a leitura dos mesmos. Imediatamente, deu por aberta a discussão da proposição. Fez uso da palavra o Ver. Francisco Reginaldo Silva, Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento - CFO, destacou a análise do Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado do Pará - TCM/PA que recomenda a aprovação das Contas com ressalvas. No âmbito da Comissão apreciaram as irregularidades apontadas, os quais entendem que não comprometem a imagem do Ex-Prefeito Roberto, e que ao considerar as ressalvas, motivadas por atrasos no envio de arquivos, decidiram manter a decisão do TCM/PA, ressaltando que acreditam na avaliação técnica e especializada do Tribunal, de forma que não intentaram contrariá-los. O Ver. Francisco Junior Dinhares contribuiu para assertiva,

visto que também compõe a CFO, e destacou que verificaram nenhum dano ao Município, e que foram impostas pequenas multas. Em seguida, o Ver. Geraldo Decádio, que também faz parte da CFO se posicionou contrariamente aos demais, questionando "como que vou votar favorável se na reunião da Comissão de Finanças, o parecer da Assessoria Jurídica já estava assinado, antes de passar pela Comissão de Finanças? É onde o Advogado da Câmara somente apareceu porque o Ver. Zé Maria fez a procuração? Como posso votar se o repare dos precatórios do INSS ainda não foram todos repassados ainda?". O Presidente, Mauro Alinear, no tocante do esclarecimento quanto ao parecer jurídico, informou que este independente da reunião das Comissões, uma vez que visa verificar a legalidade da matéria, tanto é que a Comissão tem seu próprio parecer. Em réplica o Vereador Naldão, arguiu que se no âmbito da Comissão tivessem em maioria decidido por serem contrário ao Parecer do TCM/PA, assim teriam o feito. Em seguida o Presidente, ressaltou o Parágrafo 1º do Art. 115 do Regimento Interno, e informou que a Comissão de Finanças recebeu as devidas remessas por documento formal de expediente, e que quando comunicou o recebimento do Parecer Prévio do TCM sobre a remessa do Exercício de 2023, na sessão do dia 25 de abril, informou que os vereadores que quisessem acesso na íntegra dos autos em meio físico, que se direcionassem

a Secretaria Legislativa, e que além disso seria disponibilizado o Parecer Prévio em PDF pelo aplicativo Whatsapp, ato cumprido pela Assessoria da Casa. O Ver. José Maria ao fazer uso da palavra, destacou que não faz parte da Comissão de Finanças, que pode se fazer presente, mas não tem direito a voto. Argumentou corroborando com o Ver. Geraldo que o Jurídico da Casa, não estava presente, que após ligação, ele chegou. Citou a necessidade de um prazo maior para a Comissão apreciar as matérias, e a importância da busca de conhecimento técnico para aprofundar os estudos, uma vez que não possuem o conhecimento contábil, destacando que desde a legislatura passada a Câmara conta com o mesmo Assessor Contábil que o Executivo Municipal, decisão que sempre foi contrária. Em virtude dos parlamentares não terem [#]argumentos técnicos para o debate da matéria, o que fundamenta a contratação e necessidade da presença da Assessoria contábil e jurídica nas reuniões. Na oportunidade, o Presidente comunicou que quando o Presidente da Comissão necessitar da presença física dos assessores podem solicitar via secretaria legislativa, além disso destacou que segundo o regimento interno após o encaminhamento da remessa a Comissão de Finanças e Orçamentos, esta tem até 30 (trinta) dias para submeter ao plenário o Projeto de Decreto Legislativo, prerrogativa do Presidente da Comissão o agendamento da reunião, contanto que não ultrapasse o limite permitido, reafirmando que a tramitação da matéria não gerou o que

estabelece o regimento. O Ver. Francisco Junior Dinhares pontuou sobre a presença do Assessor Jurídico, dizendo que a Assessora Legislativa da Casa previamente avisou que o mesmo atrasaria, pois estava em uma audiência. Em continuidade, o Ver. Walber Nequinos, quisou que recebeu o processo em PDF, assim como todos, mesmo fazendo parte da de outra Comissão e se o TCM/PA foi favorável, não vê o porquê ser contra, pois não deixou de ter reparo, somente houveram atrasos e por isso as multas. A Vera. Nuh do Kekinha, ao fazer uso da palavra salientou que se fez presente na reunião a convite do Ver. Geraldo, e que nenhum momento falou de outros processos, somente sobre pequenas multas, que indagou ao Assessor Jurídico se essas multas poderiam prejudicar o Ex-Prefeito Roberto, e finalizou questionando por que não educaram o restante dos autores para que pudessem ter conhecimento e discutir. O Ver. Eduardo Uehler, enfatizou sobre o valor do reparo ao INSS, que ao ler, sem precisar de auxílio externo, ficou claro que o posicionamento do TCM/PA se deu em razão do atraso do reparo, resultando nas multas impostas ao Ex-Prefeito. Lembrou aos demais vereadores que a reunião das Comissões não são somente as que a compõem, e que inclusive a Secretaria da Câmara deu vias dos Pareceres do processo, portanto os autos que agora está nas mãos dos Vereadores estava na Mesa da Reunião.

das Comissões no referido dia. Concluiu, frisando que o Parecer Prévio elaborado pelo TEM/PA tem esse teor para subsidiar o julgamento político feito pela Câmara, que é o Poder que possuem, mas o Parecer do TEM/PA sobre as Contas do Governo não é prévio. Depois, para fazer frente ao parecer precisa ter uma argumentação técnica, que no final resultará na decisão. A Vera. Roseleia Lima contribuiu para a discussão frisando a seriedade da Prestação de Contas, cuja aprovação depende dos legisladores enquanto físicos, o que exprime a importância dos Parlamentares. Salientou o cuidado necessário para lidar com o dinheiro público e a importância desse debate para que o povo tenha ciência do que está acontecendo. Encerrando a fase de discussão, o Presidente colocou em votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 15 de autoria da Comissão de Finanças e Orçamento, sendo aprovado por maioria absoluta, com 6 (seis) votos favoráveis dos Vereadores: Francisco Junior Vinhares, Francisco Reginaldo Oliveira Silva, Walber Mueniton de Regueiros, José Gleybson Alves Neto, Eduardo Gomes Vechler e José Rogério de Araújo. E, 4 (quatro) votos contrários dos Vereadores: Geraldo Decádio dos Santos, Roseleia Maria de Jesus Lima, Antonia Luciane Batista Reis e José Maria dos Santos Farias, não havendo necessidade de voto de desempate pelo Presidente da Câmara. Em seguida, o Presidente informou o recebimento do Ofício nº 21/2025 da Secretaria Municipal de Cultura que

Verba sobre o cronograma das atividades em comemoração ao aniversário de Jurém. Cumprida a fase da Ordem do dia, concedeu a palavra aos parlamentares para as considerações finais que ao se despedirem desejaram um feliz dia das mães as mães ouremenses. Nada mais constando para a deliberação, o Presidente com as bênçãos de Deus e Nossa Senhora do Perpétuo Socorro encerrou a presente Sessão Ordinária às doze horas e vinte e nove minutos, que para constar eu, WALBER LUVENITON DE NEGREIROS, 2º Secretário, lavrei a presente ata, que depois de lida e achada conforme, vai assinada por mim, e os demais parlamentares presentes.

Em Tempo: Onde se lê "havaliação", leia-se "avaliação", onde se lê "independente", leia-se "independe", onde se lê "argumentados", leia-se "argumentos", onde se lê "da", leia-se "de".

~~Alguns Honores~~

~~Alguns Honores~~

~~Alguns Honores~~

~~Alguns Honores~~

~~Alguns Honores~~

~~Alguns Honores~~

~~Alguns Honores~~